

MANIFESTO ECOLÓGICO PRÓ-BIODIVERSIDADE

Nos dias 01 e 02 de junho de 2007, realizou-se, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o seminário "Rumos na luta contra o deserto verde: Esta terra tem dono", inicialmente proposto pelo Grupo de Luta contra o Deserto Verde da UFSM (GLDV), mas encampado e promovido conjuntamente com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Regional-RS e realizado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (SEDUFSM), com apoio da Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), do Diretório Central dos Estudantes da UFSM (DCE), da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPEL) e da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Rio Grande (APROFURG).

Buscou-se discutir o projeto de silvicultura em toda sua complexidade, abarcando, além da dimensão técnica, o processo histórico de constituição do latifúndio, na assim chamada metade sul, salientando-se aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

As mesas envolveram os temas: 1) Histórico ambiental e econômico da região afetada pelos projetos de silvicultura; 2) Danos reais e potenciais das monoculturas de árvores exóticas sobre as comunidades e biota regional; 3) Fazeres e saberes, valores regionais do trabalho e das criações sem as monoculturas de eucalipto; e, 4) Encaminhamentos de luta integrados dos movimentos de resistência: iniciativas locais e perspectivas de lutas conjuntas.

Na dinâmica do evento, buscou-se horizontalizar os debates. Privilegiou-se, inicialmente, uma breve fala dos convidados e, ato contínuo, abriu-se espaço para o debate entre mesa e plenária, permitindo uma real contribuição de todos. Assim, contrariamente ao discurso único, presente na mídia, construiu-se um ideário alicerçado na contribuição do coletivo. Respeitando o contraditório, surgiram lógicas que, contrapondo-se aos projetos de monoculturas, indicam o respeito ao cidadão, ao social e à natureza.

Como síntese do seminário, dois eixos podem ser destacados: de um lado, posicionamentos contrários ao modelo proposto; de outro, a construção coletiva de propostas alternativas:

POSICIONAMENTOS:

- Denunciar a insustentabilidade social, ambiental e cultural de modelos pautados pelo latifúndio, pelas monoculturas, alicerçados em pacotes apoiados por governos submissos ao capital e financiados pelo dinheiro do povo (ex. o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) e com o privilégio de juros diferenciados, como faz o BNDES;
- Enfatizar que o desenvolvimento econômico não pode sobrepor-se ao desenvolvimento social, como é o caso do modelo proposto onde indústrias altamente mecanizadas não promovem a geração de empregos sequer em média escala;
- Problematizar a suposta neutralidade da ciência, ou seja, problematizar-se perguntando: Para quem ela se destina? Ela serve para qual modelo de desenvolvimento? Que tipo de

conhecimento é produzido na Universidade Pública? Este conhecimento é voltado para o conjunto da sociedade ou para o benefício do setor privado?

- Considerar que o cultivo do eucalipto tem um espaço importante no Rio Grande do Sul, mas como pequena área que gere recursos à subsistência ao homem do campo e a própria sociedade, dentro de sistemas de policultivos altamente diversificados, no âmbito da agricultura familiar, evitando a agressão às nossas florestas naturais, campos, banhados;

- Considerar que o projeto não tem qualquer equivalência técnica ao dito "florestamento" e, muito menos poderia ser um "reflorestamento"; sendo sim, pelo contrário, um processo predatório contra os nossos ecossistemas naturais.

ALTERNATIVAS

- Lutar por um efetivo desenvolvimento social, que inclua a reforma agrária, propondo-se a agroecologia em oposição ao agronegócio, assentada na policultura, no minifúndio, com a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais e gerando soberania alimentar;

- Defender o financiamento público de campanha, com identificação e denúncia pública de quem vota e apóia projetos das papelarias, ou que recebe verbas de campanha provenientes dessas empresas;

- Apoiar o projeto de zoneamento, na sua redação atual, complementada com os anexos técnicos, bem como a autoria dos mesmos, sendo este de competência exclusiva da FEPAM. Ressalvando-se que continuamos na luta contra qualquer monocultura em larga escala, como também contra a instalação de pólos de celulose;

- Propor a criação de um imposto municipal sobre créditos de carbono recebidos;

- Exigir verbas públicas para a realização de pesquisas referenciadas socialmente;

- Divulgar e promover a permacultura (cultura permanente), exigindo o apoio estatal via financiamentos e extensão rural, no sentido de buscar através da ética e do design ambiental, o desenvolvimento de tecnologias acessíveis e sustentáveis de permanência dos grupos sociais nos sistemas naturais pelo maior tempo possível. Propõe-se trabalhar em áreas cruciais da questão ambiental, principalmente no que tange aos limites do homem e dos recursos naturais nos ecossistemas. Desde 2002, João Rockett coordena a sede auto-sustentável do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa (IPEP), em Bagé. Foi diplomado por Bill Mollison, fundador da permacultura e já atuou e ministrou cursos e palestras em diversos estados do Brasil e exterior. Para ele, "devemos substituir a idéia de desenvolvimento tradicional por uma visão de processo, onde a diversidade é a força que estabiliza os nossos ambientes naturais e viabiliza a vida".

- Divulgar e promover o Sistema de Pastoreio Racional Voisin ("Voazã"), exigindo o apoio estatal via financiamentos e extensão rural, no sentido de buscar um sistema de manejo intensivo, que possibilite um equilíbrio entre os três elementos: solo-pastagem-gado, onde cada elemento tem um efeito positivo sobre os outros dois. Através de procedimentos simples, transformar o gado, que no sistema convencional é um predador da pastagem (e

como consequência, também do solo), num excelente beneficiador do sistema. Nilo Romero foi o precursor do Pastoreio Voisinno Brasil, aplicando o método com um sucesso incomum em sua Fazenda Conquista, em Bagé - RS, desde 1963. Infelizmente, como acontece com a permacultura, o método tem sido boicotado nas universidades e instituições de pesquisa.

- Aprofundar ações junto aos movimentos sociais convergentes nesta luta;
- Levar as conclusões deste seminário, através do ANDES, para a reunião anual da SBPC;
- Repudiar a administração do Estado pelo desrespeito aos órgãos governamentais ambientais, como FEPAM, SEMA, e por lotear a metade sul ao capital predatório, tendo como interesse único resolver "problemas de caixa", ante a impossibilidade de cumprir promessas eleitorais;
- Realizar futuros seminários que aprofundem o tema em outras cidades do Rio Grande do Sul;
- Apoio à SEDUFMS, ABEEF, ADUFPEL, APROFURG, CEA, IPEP, INGA, GAPAN e outras entidades criticadas por organizarem e se posicionarem publicamente, questionando as monoculturas de Eucalipto, Pínus e Acácia negra;
- Esclarecer a sociedade sobre os danos gerados pela implantação de uma ou mais fábricas de celulose, pois estas competirão com as cidades no consumo de água. Seus dejetos enquadrar-se-ão entre os mais poluentes; possivelmente sendo liberados ao oceano, poderão ocasionar morte generalizada de animais e destruição de pontos turísticos, gerando desemprego e desorganização social. A importação e a automação dos mecanismos de produção irão aumentar o desemprego e o êxodo rural. Os poluentes já liberados no ambiente não estão sendo dimensionados, e a multiplicação da área para plantio, deverá liberar mais agentes tóxicos com danos ambientais gravíssimos e talvez irreversíveis;
- Sugerir à FEPAM que inclua no seu zoneamento questões como o impacto da destoca das árvores, recuperação do nivelamento, recomposição química, biológica e estrutural dos solos e remoção imediata dos plantios aleatórios ou invasivos de Eucalipto, Pínus e Acácia negra das margens de rodovias, unidades de conservação e pontos turísticos ou de valor histórico-cultural.